

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2004 (do Sr. Carlos Willian)

Solicita que sejam convidados o Sr. João Elísio Ferraz de Campos, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg); o Sr. Délio Malheiros, Advogado do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais; o Presidente da Associação Brasileira dos Departamentos de Trânsitos (ABDetran); o Sr. Elizeu Augusto de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Corretores de Seguro (Sincor); o Sr. Armando Virgílio, Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados de Capitalização, de Previdência Privada e das Empresas Corretoras de Seguros (Fenacor); o Sr. Hélio Porto Carrero de Castro, Superintendente de Seguros Privados (Ministério da Fazenda); os Diretores do Grupo Itaú seguros, que gerencia nos seus cofres mais de 579 (quinhentos e setenta e nove) milhões de reais da DPVAT, além de diretores da Paraná Seguros, BANERJ Seguros, BEMGE Seguradoras, Companhia de Seguros Gralha Azul, a AXA Seguros do Brasil e Rio Branco Seguros e a SINAF Previdencial, e o diretor da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, João Marcelo Santos. As também 65 (sessenta e cinco) seguradoras conveniadas para trabalhar com o DPVAT em função das irregularidades promovidas pelas seguradoras a comparecerem a esta Comissão para prestarem esclarecimentos referentes às denúncias publicadas pelo jornal Estado de Minas, de 10/03/03, decorrentes da arrecadação com a cobrança do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, o DPVAT.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, inciso XIV, 255 e 32, inciso IX, alínea “c”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública a realizar-se em data a ser agendada, o Sr. João Elísio Ferraz de Campos, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg); o Sr. Délio Malheiros, Advogado do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais; o Presidente da Associação Brasileira dos Departamentos de Trânsito (ABDetran); o Sr. Elizeu Augusto de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Corretores de Seguro (Sincor); o Sr. Armando Virgílio, Presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados de Capitalização, de Previdência Privada e das Empresas Corretoras de Seguros (Fenacor); e o Sr. Hélio Porto Carrero de Castro, Superintendente de Seguros Privados (Ministério da Fazenda); os Diretores do Grupo Itaú seguros, que gerencia nos seus cofres mais de 579 (quinhentos e setenta e nove) milhões de reais da DPVAT, além de diretores da Paraná Seguros, BANERJ Seguros, BEMGE Seguradoras, Companhia de Seguros Gralha Azul, a AXA Seguros do Brasil e Rio Branco Seguros e a SINAF Previdencial, e o diretor da SUSEP

– Superintendência de Seguros Privados, João Marcelo Santos. As também 65 (sessenta e cinco) seguradoras conveniadas para trabalhar com o DPVAT em função das irregularidades promovidas pelas seguradoras a fim de prestarem informações referentes às irregularidades decorrentes de arrecadação com a cobrança do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, o DPVAT em Minas Gerais.

JUSTIFICAÇÃO

O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, o DPVAT, foi criado originalmente para socorrer as vítimas dos acidentes de trânsito e tem seu montante distribuído da seguinte forma: 45% para o Sistema Único de Saúde(SUS); 5% para campanhas de prevenção de acidentes; e 50% para o DPVAT, que é rateado entre as seguradoras e entidades correlatas.

No último dia 10 de março o jornal Estado de Minas noticiou irregularidades na arrecadação do DPVAT. Segundo a matéria, com a entrada em vigor do Novo Código de Trânsito os acidentes caíram pela metade e a necessidade do pagamento das indenizações, que já foi de 50% do total arrecadado, hoje chega a 25%. Em valor, as seguradoras arrecadaram R\$ 1,44 bilhão no ano passado, mas sacaram apenas R\$ 250 milhões para as indenizações, e as sobras foram sendo desviadas para entidades de defesa dos interesses das seguradoras.

O advogado Délia Malheiros, do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, alerta que os recursos públicos estão sendo canalizados para entidades civis, que deveriam sobreviver com recursos próprios. E, por intermédio de perícia técnica, outras entidades estão sendo contempladas com o repasse das verbas. É o caso da Associação Brasileira dos Departamentos de Trânsito (ABDetran), que abocanha 1% em benefício dos 27 dirigentes máximos dos Detrans no Brasil; bem como os dirigentes do Sindicato dos Corretores de Seguro (Sincor) que são agraciados com 0,59%, o equivalente a R\$ 12 milhões , em 2002.

Conforme o exposto, entendemos ser urgente e relevante a audiência pública referida para obtermos informações que se tornarão subsídios nececessários ao aprimoramento do sistema nacional de seguros privados e capitalização, e, por se tratar o

tema de matéria de competência desta Comissão, sobre o qual não podemos nos omitir como fiscalizadores e legisladores e esperamos contar com o apoio dos nobres pares.

Sala de Reuniões, em ____/____/2004

Carlos Willian
Deputado Federal / PSC-MG